



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

**PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA –
PIBIC**

**A CONTRIBUIÇÃO DA LITERATURA NA FORMAÇÃO JURÍDICA:
ANÁLISE DA TEORIA NARRATIVISTA DO DIREITO NA OBRA DE CLARICE
LISPECTOR**

Área do conhecimento: Ciências Sociais

Subárea do conhecimento: Direito

Especialidade do conhecimento: Direito e Literatura

Relatório Final

Período da bolsa: de (08/2017) a (07/2018)

Este projeto foi desenvolvido com bolsa de iniciação científica

PIBIC/COPES

Orientadora: Míriam Coutinho de Faria Alves

Autor: José Carlos da Silva Santos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	OBJETIVOS:	6
3.	METODOLOGIA:	7
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO:	8
4.1	A QUESTÃO DO JUS PUNIENDI (DIREITO DE PUNIR)	8
4.2	AS FUNÇÕES DO PODER.....	12
4.3	ALTERIDADE: PENSANDO O OUTRO	14
4.4	O TERRENO DA ALTERIDADE	17
4.5	GARANTISMO E DIREITOS HUMANOS EM MINEIRINHO.....	19
4.6	A MAÇÃ NO ESCURO:	21
5	CONCLUSÃO:	26
6	PERSPECTIVAS:	27
7	REFERÊNCIAS:	28
8	OUTRAS ATIVIDADES:	31



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

1. INTRODUÇÃO

A senda deste trabalho é pensar o direito a partir da literatura clariceana na crônica *Mineirinho* e no romance *A maçã no escuro*. Na crônica, treze tiros ceifaram a vida de Mineirinho, um homem cujos atos reprováveis social e juridicamente lhe qualificaram de criminoso. O que há, entretanto, de tão profundamente perturbador no espírito de Clarice Lispector a ponto de “Sentir-se dividido na própria perplexidade diante de não poder esquecer que Mineirinho era perigoso e já matara demais; e no entanto nós o queríamos vivo” (LISPECTOR, 2016, p. 386)? No romance, por sua vez, a questão está atrelada à relação entre a busca de sentido por parte da protagonista e do Direito, perante o desencantamento do mundo. Portanto, e ao adotar-se a perspectiva *Direito na Literatura*, poder-se-ia indagar em que medida problemas jurídicos são representados na narrativa literária clariceana.

Antes, contudo, de enfrentar esse problema posto em análise, faz-se necessário estabelecer uma discussão teórica em torno de algumas características distintivas entre direito e literatura para, posteriormente, discorrer sobre as possibilidades de estudo dessa relação. Desse modo, o direito é um campo do saber que privilegia a segurança, o caráter coercitivo, para atingir seus fins, ao passo que a literatura rompe com a normalidade, com o mundo circunscrito – “o verbo tem que pegar delírio”, como diz Manoel de Barros (2016, p. 17) –, de tal maneira a privilegiar a maravilha do enigma:

Quando se considera o caráter disruptor e crítico da obra literária, há de levar em conta que ela – ao contrário da obra jurídica – é uma obra de arte, na medida em que se caracteriza pela maravilha do enigma e por sua inquietante estranheza, que são capazes de suspender as evidências e afastar aquilo que é dado, dissolver as certezas e romper com as convenções (TRINDADE E GUBERT, 2008, p. 12).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

No entanto, a possibilidade de estudo do *Direito e Literatura* (TRINDADE E GUBERT, 2008), constrói-se a partir de materiais comuns a ambos, a saber: as relações humanas, o que significa discutir a condição humana; e a importância atribuída às palavras, isto é, ambas as áreas de conhecimento lidam com interpretação de textos. Nessa vereda, os *modos de articulação* desse estudo apresentam-se em uma tríade de abordagem, cada uma com suas características peculiares, quais sejam¹: a) o direito na literatura, isto é, conceber o direito a partir da literatura, discutindo temas como a ordem, a justiça (Antígona, de Sófocles) e o problema da interpretação (O Mercador de Veneza, de Shakespeare); b) o direito como literatura, no concerne à função da retórica, da narrativa e da interpretação, tendo como um dos seus adeptos o jusfilósofo Ronald Dworkin; e c) o direito da literatura, que talvez não se defina propriamente como uma corrente, mas sim como uma aproximação transversal, na medida em que se limita a questões normativas.

Nessa trilha de estudo, é indispensável fazer menção à teoria narrativista do direito do jurista José Calvo González. Interpretando a obra de Calvo, Trindade (2013) afirma que os sistemas jurídicos, ou propriamente o mundo jurídico, não estão isolados da ficcionalidade, muito pelo contrário: são discursos narrativos e, portanto, há implicações de instalações ficcionais. No livro *Derecho y narración* (CALVO GONZÁLEZ, 1996), o jurista argentino se propõe a discutir a dimensão narrativa do direito. Nesse sentido, na produção legislativa, ainda que esta seja de natureza prescritiva e organizada de modo não literário, o prólogo (preâmbulo e exposição de motivos, por exemplo) possui uma evidente dimensão narrativa, ou seja, é um relato, no sentido de que o legislador explica os motivos e as razões de ter escolhido determinada maneira para resolver certo problema jurídico, além de autolegitimar a autoridade da produção legislativa (CALVO GONZÁLEZ, 1996, p. 81- 92).

¹ O texto segue a classificação que André Trindade e Gubert (2008, p. 48-49) abordam em seu texto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Não obstante as discussões e debates sobre Direito e Literatura serem profícuas na Europa e nos Estados Unidos da América, a partir do Movimento Direito e Literatura² iniciado neste último, essa articulação ainda é vista com uma certa estranheza por juristas brasileiros acomodados ao formalismo jurídico. Entretanto, essa articulação teórica, no Brasil, data de há muito: entre outros autores, cabe mencionar Aloysio de Carvalho que publicou, em 1958, um trabalho inovador articulando esses dois ramos do saber – O Processo Penal de Capitu –; e Luis Alberto Warat, que é considerado como “o grande idealizador e fundador dos estudos interdisciplinares” (TRINDADE E BERNST, 2017).

No Brasil da década de 90, o cenário se modifica com a institucionalização e sistematização de estudos nesse campo, consolidando-se a formação de diversos grupos de estudos e pesquisa, a exemplo do Instituto de Hermenêutica Jurídica, cujo um dos diretores é o autor citado acima – André Karam Trindade –, além da criação do programa de televisão Direito & Literatura e da Rede Brasileira Direito e Literatura (RDL). A despeito dessa expansão, é importante observar que há um déficit no que concerne à questão teórica e metodológica (TRINDADE E BERNST, 2017, p. 141).

A reflexão sobre o problema posto em análise implica um diálogo entre *Direito e Literatura*, o que significa a possibilidade de reflexão jurídica a partir da narrativa literária clariceana, sob a perspectiva do direito na literatura. Desse modo, o Direito não é concebido tão somente como um conjunto ordenado de normas jurídicas, mas sim como linguagem, ou seja, um relato com expressão literária. Aliás, Tobias Barreto (2001), no século XIX, compreende o Direito como *um produto da cultura humana*,³ o que significa que ele está imbricado às humanidades, e não o contrário. André Trindade e Gubert (2008, p. 18), seguindo a esteira de Ost, afirmam que “[...] a literatura seja capaz de devolver ao

² Ou Law and Literature Movement, movimento articulado a fim de pensar o direito, com a literatura, além do positivismo ou formalismo jurídico.

³ Cabe ressaltar, no entanto, que esta postura de Tobias diz respeito a uma crítica ao jusnaturalismo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

direito uma dimensão cultural que, ao longo da história, foi esquecida – ou recalcada –, a fim de que a ele possa ser restituído o importante papel de ator da transformação social”.

É propriamente essa dimensão cultural o elemento fundamental para o estudo do *Direito e Literatura*. A literatura, como expõe Antonio Candido (2011, p. 177), “confirma o homem em sua humanidade” e, sob o foco deste trabalho, apresenta-se de maneira indispensável⁴ à reflexão jurídica, uma vez que fornece chaves para compreender a realidade jurídica e pensar o outro de uma maneira humanizada, como afirma o próprio autor citado: “A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante” (CANDIDO, 2011, p. 182). Além desse caráter de humanização, a literatura torna os leitores pessoas mais críticas, despregadas do senso comum jurídico, que castra, amputa possibilidades interpretativas do jurista, na medida em que opera com um conjunto de pré-conceitos, crenças, estereótipos (ANDRÉ E GUBERT, 2008, p. 15-16).

2. OBJETIVOS:

O presente projeto de iniciação científica objetivou evidenciar uma noção básica do estudo *Direito e Literatura*, a saber: o direito enquanto uma narrativa literária, o que pressupõe, além de contribuir para a humanização do direito, o fomento do estudo do direito a partir da narrativa literária e aportes da perspectiva narrativista do direito. Além do mais, foi construído visando esclarecer a importância da literatura para a formação jurídica brasileira.

A narrativa clariceana permitiu identificar nexos que ligam direito e literatura explorando categorias da teoria jurídica, como os aparatos de poder, violência e alteridade,

⁴ A literatura, em sentido amplo, é uma necessidade universal, na medida em que conduz o espírito humano a se organizar e, em seguida, a organizar o mundo. Ela humaniza (Candido, 2011, p. 188).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

cujo ponto fulcral, no crônica *Mineirinho*, gira em torno da noção dos direitos humanos, a partir do discurso garantista; ao passo que, no romance *A maçã no escuro*, identificou-se como a busca de sentido está presente tanto no direito quanto na literatura.

Outro fim do presente trabalho foi explorar aportes epistemológicos na relação entre o discurso jurídico e a estética literária na obra de Clarice Lispector ampliando o espaço conceitual dos fundamentos do direito. Em outras palavras, visou-se ampliar a noção de direito, indo além de um discurso que delimita o direito a um conjunto ordenado de normas jurídicas e da dicotomia permitido/proibido, de modo a evidenciar como a narrativa está presente no direito, isto é, objetivou-se caracterizar o direito como linguagem.

Ao longo do presente projeto, ao contextualizar a utilização da literatura como fonte de reflexão para o direito e a sua utilização a partir de uma discussão metodológica e teórica, buscou-se estabelecer estratégias de utilização da literatura no ensino jurídico, as quais restaram-se evidenciadas na contemporaneidade. Ou seja, buscou-se romper e demonstrar a insuficiência de um ensino restrito à dogmática.

3. METODOLOGIA:

Este projeto foi construído sob os métodos descritivo, exploratório e qualitativo de caráter fenomenológico. Destarte, a metodologia adotada no percurso do estudo do Direito e Literatura construiu perspectivas dialógicas em que os constructos teóricos servem de método e crítica da intersubjetividade (ALVES, 2012, p.11).

Nesse sentido, para a consecução dos aspectos descritos, a metodologia proposta subdividiu-se em dois momentos fundamentais, quais sejam: o estudo exploratório mediante levantamento bibliográfico sobre temática literária e jusfilosófica; e, em segundo momento, análise e discussão das interações com a teoria jurídica.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Os objetivos específicos consistiram em identificar e analisar o imaginário literário, construindo nexos entre direito e literatura, tecendo possibilidades de pensar as identidades sociais inscritas no conteúdo das narrativas ficcionais, e, assim, repensar as relações dialéticas como, por exemplo, cotidiano e direitos humanos, observando transversalmente a perspectiva de gênero.

Eles se vinculam ao objetivo geral desta investigação no sentido de ao compreender a construção imaginária do direito a partir da imaginação literária se produzi o resgate de temas sociojurídicos e sua importância na formação jurídica brasileira.

Como hipótese inicial verificou-se que o imaginário clariceano no crônica *Mineirinho* serve para desvelar as funções de poder características da esfera criminal brasileira, cenário de violações aos direitos humanos, assim como repensar as questões da alteridade na realidade ético-cultural.

Para tal fim, o método hermenêutico utilizado como instrumento da metodologia jurídica manifestou-se de maneira fundamental, de tal modo que a obra literária passe a figurar como obra aberta produzindo uma fusão de horizontes entre Direito e Literatura e, dessa forma, colocando o tema da estética do direito numa dimensão dialógica, no centro das preocupações dos estudos de introdução à teoria jurídica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO:

4.1 A QUESTÃO DO JUS PUNIENDI (DIREITO DE PUNIR)

A crônica *Mineirinho* traz à lume uma discussão literária em torno de materiais jurídicos, como a noção de justiça, a questão da violência operada pelo Estado ou o *jus puniendi* (direito de punir), uma vez que a personagem é executada pela polícia, um aparelho de repressão estatal. É importante, antes de apresentar a perspectiva da autora, contextualizar brevemente o caso e discorrer sobre tema do direito de punir.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

José Miranda Rosa, conhecido por Mineirinho, alto, moreno e franzido, no dia 1º de maio de 1962, foi morto pela polícia, alvo de diversos disparos, dentre os quais 13 foram certos. Mineirinho era um fugitivo: ele havia escapado do Manicômio Judiciário e jurado nunca mais voltar ao cárcere para cumprir a pena de 104 anos (ROSENBAUM, 2010, p. 170), e inevitavelmente entrou em conflito com a polícia. Não eram apenas 4, 5 policiais, eram 100 policiais, todos armados de metralhadora e com a ordem de captura-lo de “qualquer maneira” (WEGUELIN, 2018). À época, assim os jornais noticiaram esse acontecimento, revelando a perplexidade, opiniões destoantes e a cena dantesca:

Com uma oração de santo antônio no bolso e um recorte sobre seu último tiroteio com a Polícia, o assaltante José Miranda Rosa, “Mineirinho”, foi encontrado morto no sítio da serra, na estrada Grajaú-Jacarepaguá, com três tiros nas costas, cinco no pescoço, dois no peito, um no braço esquerdo, outro na axila esquerda e o último na perna esquerda, que estava fraturada, dado à queima-roupa, como prova a calça chamuscada. (WEGUELIN, s. d. *diário Carioca*, 1º de maio de 1962).

Não foi a justiça quem decretou a morte do mais temível assaltante do Rio de Janeiro, conhecido pela alcunha de “Mineirinho”, ele próprio a procurou, desafiando a tranquilidade pública e um aparelhamento policial cujas metralhadoras sabia não lhe dariam trégua. Carregando 104 anos de prisão, o facínora ainda brincou pelas ruas e favelas da cidade durante dias, assaltando e baleando – que estas eram sua razão de viver. (WEGUELIN, s. d. *Correio da manhã*, 1º de maio de 1962).

E “Mineirinho” morreu. Teve o fim de todos os seus iguais. Foi talvez, o bandido mais temível de quantos a Polícia carioca já enfrentou. Fugiu, de maneira ainda não esclarecida, no dia 23 de abril último, do Manicômio Judiciário, levando o propósito de eliminar diversos policiais, antes de ser abatido, pois dos seus planos fazia parte também, só se entregar morto. Por pouco não cumpria totalmente a promessa. Baleou dois policiais, um dos quais - gravemente, num “entrevero” em Tomazinho, no Estado do Rio. Ambos pertencem à 2ª Subseção de Vigilância, que lhe movia a caçada incessante. (WEGUELIN, s. d. *Correio da manhã*, 1º de maio de 1962).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Retomando o tema do *jus puniendi*, cumpre destacar que muito embora algo semelhante os ingleses houvessem pensado de há muito, uma grande questão jurídica e política que se impôs na Europa do século XVIII, em especial na França do *Ancien Régime*⁵, era a seguinte: até que ponto o Estado está autorizado ou legitimado a intervir na vida do cidadão. Quer dizer, havia uma tensão entre dois polos: de um lado, o Estado absolutista; do outro, a sociedade civil. Atrevendo-se com suas penas, Cesare Beccaria, em 1764, publica sua obra prima, *Dos delitos e das penas*, na qual propõe um modelo racional de Estado pautado no humanismo. Nessa obra, ele pensa em como limitar o poder punitivo do Estado, razão pela qual sugere uma série de princípios, designados por Bittencourt (2012) de “princípios limitadores do poder punitivo estatal”. Por isso, Beccaria (1999, p. 28) arremata “[...] todo ato de autoridade de homem para homem que não derive da absoluta necessidade é tirânico”. Em uma palavra: o Estado deve agir somente e quando for imprescindível para proteger o repositório público.

No texto intitulado *Algumas Ideias sobre o Chamado Fundamento do Direito de Punir*, cuja publicação se deu em 1881, Tobias Barreto (2013, p. 230) assevera que “O direito de punir é um conceito científico [...] da imposição de penas aos criminosos, aos que perturbam e ofendem, por seus atos, a ordem social”. Esta noção é sustentada como uma necessidade da própria sociedade devido ao seu desenvolvimento. Por isso, criticando o que ele designa de metafísica retórica”,⁶ Tobias (2013, p. 232) afirma que o direito de punir tem “[...] um princípio histórico, isto é, um primeiro momento na série evolutiva do sentimento que se transforma em ideia, e do fato que se transforma em direito”.

Por sua vez, de 1939 a 1943, Clarice estudou na Faculdade Nacional de Direito, movida pelo desejo de mudar o sistema penitenciário – embora tenha afirmado,

⁵ Era um modelo de Estado (absolutista), bem como de sociedade, na França, cujo período de existência é rompido com a Revolução Francesa de 1789 (Bobbio, 1998, p. 30).

⁶ Ou “o velho racionalismo jurídico”, doutrina segundo a qual o direito precede à própria experiência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

posteriormente, que o curso de Direito não lhe serviu em nada, nem para discutir sobre direito autoral com os editores (cf. GOTLIB, 1995). Não obstante tenha se desiludido com a ciência jurídica, a futura escritora tinha preocupações intelectuais atinentes ao ser humano e, em 1941, publica o seu primeiro artigo – *Observações sobre o direito de punir* –, no qual põe em discussão a sociedade e as instituições estatais, que será importante para sua narrativa:

Essa sociedade narcotizada pelo hábito do mau disfarce – ou má consciência – será uma das presenças constantes nas narrativas de Clarice. Pela ação narrativa, a escritora tentará despertá-la para a realidade desse sonho mau. E o seu *penoso* despertar será um dos efeitos mais contundentes dos projetos narrativos de Clarice Lispector (GOTLIB, 1995, p. 149, grifo da autora).

Assim, em *Observações sobre o direito de punir* Clarice Lispector (2005, p. 43) se opõe à perspectiva segundo a qual há direito de punir, de modo a aduzir que “Não há direito de punir. Há apenas poder de punir”. Isto no sentido de que as instituições objetivam a preservação de sua estabilidade, razão pela qual se opõem a condutas que ofendam à sua integridade. Sob esse ângulo, há uma relação entre esse texto e a crônica ora estudada, porque “Em um e outro texto Lispector critica o aparato de poder e os diversos dispositivos de afastamento do outro, proscrito e excluído por ser diferente de nós” (CALVO GONZÁLEZ, 2016, p. 8).

Nesse sentido, na crônica Clarice expressa sua angústia, além de sua repulsa à justiça de então. Do alívio de segurança nos dois primeiros tiros ao sentir-se profundamente atingida no décimo terceiro⁷:

⁷ Conforme Rosenbaum (2010, p. 174), “do alívio de segurança com o primeiro tiro à morte do outro (e de si) no décimo terceiro, observa-se uma inversão absoluta e crucial: de sujeito protegido pela lei, a narradora se torna o outro perseguido pela mesma lei, dobradiça de duas faces antagônicas”.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina – porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro (LISPECTOR, 2016, p. 387).

Em outras palavras, o décimo terceiro tiro desmoronara a casa onde ela dormitava: sacudiu-lhe. Portanto, a justiça falhou, a coletividade falhou. Não houve punição, mas sim uma execução cruel – a exteriorização de uma espécie de vingança, desforra institucional contra não somente o indivíduo Mineirinho, como também contra a humanidade. Como diz Beccaria (1999, p. 29, grifo do autor), “[...] é abuso e não justiça, é *fato*, mas não *direito*”. Logo, estritamente não há que se falar em *jus puniendi* dada as circunstâncias nas quais o ato fora praticado: os treze tiros expressam a negação do reconhecimento, da humanidade, e assim escapa a uma noção plausível de punição operada pelo Estado ou por seus aparelhos de repressão.

4.2 AS FUNÇÕES DO PODER

O que houve, na verdade, como a própria Clarice dirá, foi uma vontade de matar, uma prepotência. Assim, o que há por detrás do cenário em que a polícia executa alguém rotulado de facínora com treze tiros? A resposta a tal pergunta direciona-se à crítica da violência que Walter Benjamin faz no ensaio *Crítica da violência – crítica do poder*, de 1921, tendo como objetivo principal realizar um diagnóstico da atuação da polícia. Nesse texto, o filósofo alemão põe em análise o Estado, o direito e o poder, temas deveras importantes no início da década de vinte do século passado.

Antes de adentrar em tal texto, é importante frisar algumas notas propedêuticas em relação a essa obra. Primeira, Walter Benjamin viveu durante a República de Weimar, a qual perdurou do fim da primeira Guerra Mundial até o início do nazismo. Nesse contexto,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

travou algumas ideias com um jurista conservador, Carl Schmitt. A noção de Estado Moderno, por exemplo, fora objeto de discussões entre esses pensadores, inclusive, segundo Derrida (2007), o jurista alemão enviou uma carta felicitando Benjamin pelo texto de 1921.

Carl Schmitt constrói a doutrina do decisionismo, para a qual o soberano é quem estabelece o Estado de Exceção – ele age para restaurar a estabilidade social, não estando limitado pelas leis. Outro ponto fulcral na obra desse autor orbita em sua teoria material da constituição. O constitucionalista Bonavides (2017, p. 104) tece o seguinte comentário sobre essa questão: “A Constituição possui assim sentido político absoluto, não podendo sua essência ficar contida numa lei ou numa norma”, diferenciando-a de Lei Constitucional. Aquela tem um caráter político preponderante, resultado de uma decisão política fundamental.

O que importa refletir, pois, sobre o pensamento benjaminiano à luz do texto de Clarice diz respeito às funções do poder, quais sejam: a função mantenedora, a qual objetiva manter o *status quo*, e a função instituinte, cujo fim é a instituição de um novo direito. Portanto, essa crítica empreendida pelo filósofo alemão concebe a violência enquanto meio para ora manter ora instituir o direito⁸, condições das quais curiosamente o aparato policial se emancipou.

Desse modo, a polícia, instituição típica do Estado moderno, apresenta-se numa relação em que o poder instituinte e o poder mantenedor do direito se mantêm suspensos. Em outras palavras, os fins da polícia não são sempre idênticos aos do direito, uma vez que a polícia intervém em inúmeros casos sem qualquer referência aos fins jurídicos. Ora, “o ‘direito’ da polícia é o ponto em que o Estado - ou por impotência ou devido às inter-relações imanentes a qualquer ordem judiciária - não pode mais garantir, através da ordem

⁸ No fim do supracitado ensaio, ele estabelece uma semelhança entre poder instituinte e o poder mítico, de modo a entender aquele como violência imediata, e não enquanto meio.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

jurídica, seus fins empíricos, que deseja atingir a qualquer preço” (BENJAMIN, 1986, p. 166). O que significa, por conseguinte, que o monopólio da violência pelo Estado não é para almejar a proteção da vida nem dos fins jurídicos (legítimos), mas para se manter, para manter o direito por ele instituído.

Nessa esteira, Mineirinho, por ter desafiado a ordem, o direito instituído, e por uma questão de segurança pública, foi alvo da violência operada pela polícia que, mesmo (ou em razão disso) sem referência aos fins legítimos do direito, deliberadamente o executa para fortalecer o direito. Eis a ambiguidade do próprio direito.

Essa discussão e crítica empreendida por Benjamin atinge veemente a ordem jurídica ou a institucionalização do direito, uma vez que “a institucionalização do direito é institucionalização do poder e, nesse sentido, um ato de manifestação imediata da violência” (BENJAMIN, 1986, p. 172). Quer dizer, a instauração de uma ordem jurídica se opera por meio da violência. À esteira dessa concepção, a preocupação primordial da ordem jurídica não é quanto à forma de atingir os fins jurídicos, mas sim em como manter e proteger o direito instituído. Enfim, a função do poder-violência na institucionalização do direito é dupla:

[...] por um lado, a institucionalização almeja aquilo que é instituído como direito, como o seu fim, usando a violência como meio; e, por outro lado, no momento da instituição do fim como um direito, não dispensa a violência, mas só agora a transforma, no sentido rigoroso e imediato, num poder instituinte do direito, estabelecendo como direito não um fim livre e independente de violência (*Gewalt*), mas um fim necessário e intimamente vinculado a ela, sob o nome de poder (*Macht*) (BENJAMIN, 1986, p. 172, grifo do autor).

4.3 ALTERIDADE: PENSANDO O OUTRO

Enquanto uns vibraram pela morte de um criminoso, Clarice se sentiu angustiada, reflexiva. Porque, por detrás das atitudes de Mineirinho – cujos atos são reprovados socialmente – há um ser humano. Ora, ela o reconhece enquanto um homem, um ser despido de adjetivos, em quem *a fala falhou*, razão pela qual critica a justiça cega. A justiça prévia é “[...] aquela que vê o homem antes de ele ser um doente do crime” (LISPECTOR,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

2016, p. 388). Assim, entende a escritora que se alguém mata outrem é porque este tem medo. Desse modo, em sua última entrevista concedida à imprensa (TV Cultura) em janeiro de 1977, diz ela, em um dado momento da conversa, “Eu me transformei no Mineirinho, massacrado pela polícia. Qualquer que tivesse sido o crime dele uma bala bastava, o resto era vontade de matar. Era prepotência” (LISPECTOR, 2017). O ato da polícia, evidentemente, caracteriza-se como prepotente, termo este que, etimologicamente, “É o que vem antes da *potentia*, antes do poder, antes da força, isto é, o ‘abuso’ da potência, o abuso do poder, o abuso da força. Por isso, a prepotência não é só poder, influência, mas sim despotismo, tirania, uma ação ‘pré-poder’, isto é, ‘antes do poder’” (RAMOS, 2015, grifo da autora).

Essa transformação do *eu* (Clarice) no *outro* (Mineirinho) ocorre pela ideia de *compaixão*, isto é, um afeto de compromisso, algo que do outro afeta ao eu, indo a uma direção coletiva – de construção de uma justiça social (CALVO GONZÁLEZ, 2016). É dizer: Clarice faz um exercício de empatia, uma vez que, como ela mesma expressa, *eu me transformei em Mineirinho*. Empatia no sentido de *experiência estética*, isto é, “A reprodução das manifestações corpóreas alheias (devida ao instinto de imitação) reproduziria em nós mesmos as emoções que costumam acompanhá-las, colocando-nos assim no estado emotivo da pessoa a quem essas manifestações pertencem” (ABBAGNANO, 2007). Daí a força e carga emotiva das palavras empregadas por Clarice: *o décimo terceiro me assassina*. Sente-se assassinada porque ela reproduz em si a situação vivenciada por Mineirinho.

Em sua análise, Calvo discute a ideia de *sair para o outro*, ideia esta que implica um deslocamento, colocar-se em frente ao outro e, conseqüentemente, implica a confirmação da existência deste. E aqui se encontra uma importante contribuição em *Mineirinho* para pensar o outro:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Creio, pois, que o primeiro ponto em que se apoia a passarela entre o sujeito e a alteridade é a afetividade, são as emoções, é o apaixonamento. Nesse sentido, a construção social da *estranheza* é, a meu ver, assunto primordial de *compaixão* e de *justiça* também (CALVO GONZÁLEZ, 2016, p. 135, grifo do autor).

Nesse sentido, na crônica Clarice exprime essa ideia de *estranheza* por meio do emprego da palavra *doido*, o que significa, conseqüentemente, afastar-se da normalidade, da vida social monótona. Assim, diz ela:

Mas só feito doidos, e não como sonsos, nós o conhecemos. É como doido que entro pela vida que tantas vezes não tem porta, e como doido compreendo o que é perigoso compreender, e só como doido é que sinto o amor profundo, aquele que se confirma quando vejo que o *radium* se irradiará de qualquer modo, se não pela confiança, pela esperança e pelo amor, então miseravelmente pela doente coragem de destruição (LISPECTOR, 2016, p. 389, grifo da autora).

Em virtude dessa profundidade, Clarice tem evidentemente uma sensibilidade aguçada, um sentimento humanitário: ela desvela os qualificativos dados ao ser humano de modo a reconhecê-lo em suas potencialidades; ela resiste à normalização da violência, com olhos atentos à esfera do humano. Sendo assim, existe algo que transcende esse evento: o coração pulsante da humanidade, e Clarice é atingida porque ela percebe que não é apenas Mineirinho de carne e osso que está sendo assassinado, mas também a coletividade está sendo ferida. Se alguém mata, pois, é porque a estrutura social está cambaleando; e, pior ainda, quando a polícia ceifou a vida de Mineirinho com treze balas houve uma absurda desumanização – o não reconhecimento da humanidade. Dito de outra forma, esse cenário é um sintoma do distanciamento da afetividade das relações sociais. Ou, nas palavras de Calvo (2016, p. 137, grifo do autor):

Os treze tiros descarregados sobre o corpo de *Mineirinho* não só representam a cavitação dos tecidos e órgãos vitais de um criminoso; cada um desses treze disparos, um depois do outro, penetra o organismo social, revelando-o, denunciando-o.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Numa trilha existencialista, cumpre citar Emmanuel Lévinas, que é um filósofo francês cuja tônica do seu pensamento consiste na relação do Si com o Outro. Em outras palavras, ele desenvolve uma filosofia ética. Aqui, o foco de atenção é com (pensar) o outro, o que possibilita entender a preocupação de Clarice em relação ao sujeito Mineirinho. Lendo as frases dela “porque eu sou o outro”, “Porque eu quero ser o outro” e “Eu me transformei no Mineirinho” à luz desse autor, entende-se que não há uma fusão entre ambos, mas sim uma reação ao outro, conforme o entendimento de Sarah Bakewell (2017). Pensar o outro significa reagir a este. Sarah (2017, p. 195), em sua fascinante narrativa, diz “Em vez de seres cooptado para desempenhar um papel em meu drama pessoal de autenticidade, tu me fitas nos olhos – e continuas a ser o Outro. Continuas a ser tu”. Dito de outra forma, quando Clarice diz ser o outro não significa que o *é*, mas sim que ela reagiu ao outro, que este lhe afetou, o que implica pensar e sentir o outro.

Como expõe ainda Cerqueira (2003, p. 211) “os personagens e romances são consequentemente o ser subjetivo do objeto, ou a sua alteridade; precisamente o ser de um objeto em e através do outro” compondo assim aspectos jusliterários da alteridade. Isto é, há uma lógica da dialética, da mediação entre objeto e sujeito: os personagens ficcionais são o que são, embora não sejam. Cerqueira entende que os personagens são a idealização do autor, ímpeto ou desejo deste. Essa, porém, é a estrutura de um romance, diferentemente da crônica posta em análise, uma vez que nesta a personagem Mineirinho é incorporado ao texto tal como se encontrava em sua vida externa e sensorial, massacrado pela polícia, rejeitado por todos. Mineirinho-personagem é o ímpeto de Clarice em pensar a realidade social.

4.4 O TERRENO DA ALTERIDADE

Mas, enfim, o que Clarice deseja? No fim da crônica, ela afirma que não quer o sublime. “O que eu quero” – diz ela – “é muito mais áspero e mais difícil: quero o terreno”.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

O que o terreno simboliza? Calvo (2016, p. 132) apresenta uma interpretação, qual seja: “chegar ao terreno é ‘sair para o outro’”. Dito de outra forma, Clarice quer *sair para o outro*, isto é, deslocar-se de seu lugar para o outro, colocar-se em frente ao outro. E isto pressupõe um estranhamento, ou seja, deixar-se de ser sonso e perceber que uma casa é construída sobre o terreno, o que implica não só por-se no lugar do outro, como também sentir, ter *compaixão*, quer dizer, compreender a importância da afetividade como mola propulsora da vida social. Nas palavras do autor citado:

Chegar ao terreno é “sair para o outro”. Essa saída precisa modificar a situação e o visor; estimula o querer — re-quer — ir de dentro para fora (*abintus ad foras*), espichar o olhar, conduzi-lo mais além do portão da casa, exceder o ponto do alvo com que se enfoca (CALVO GONZÁLEZ, 2016, p. 132, grifo do autor).

Na vereda fenomenológica de Lévinas, a preocupação com o outro excede o fato de compreendê-lo. É neste sentido que a ética substitui a ontologia, para a qual enuncia-se “no ser, importa ser”, ou seja, “ser para-si”, quer dizer, um instinto de conservação. Assim como Clarice pensa a alteridade como necessidade frente à violência que assola o mundo, Lévinas o faz, construindo uma filosofia ética, isto é, um discurso racional sobre a ética:

A ética, o cuidado reservado ao ser do outro que si mesmo, a não indiferença para com a morte de outrem, e, conseqüentemente, a possibilidade de morrer por outrem, chance de santidade, seria o abrandamento desta contração ontológico que o verbo ser diz, o des-interessamento rompendo com a obstinação em ser, abrindo a ordem do humano, da graça e do sacrifício (LÉVINAS, 2004, p. 269).

Desse modo, a não indiferença para com a morte de outrem é inequivocamente expresso no texto de Clarice, sobretudo quando esta diz que no décimo terceiro tiro se sente atingida pela bala. A necessidade de *ser o outro*, não se fundindo a este, denota a responsabilidade do sujeito da ética, possibilitando o que o autor chama de *encontro do rosto de outrem*. O rosto é uma noção que em outrem diz respeito ao eu, o que do outro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

concerne ao eu [...] “lembrando, por detrás da postura que ele exhibe em seu retrato, seu abandono, seu desamparo e sua mortalidade, e seu apelo à minha antiga responsabilidade, como se ele fosse único no mundo – amado” (LÉVINAS, 2004, p. 291). Para Lévinas, a autenticidade do eu é a escuta do outro, uma atenção a este sem sub-rogação – é “o amor sem concupiscência”.

Nesse sentido, entender *quero o terreno* implica conhecer que o terreno expressa a relação pessoal, do eu com o outro, a responsabilidade do eu com outro que se defronta com aquele. É em virtude da inversão do para-si em para-outro que brota a ética. Em outras palavras, afirma Lévinas (2004, p. 269): “É na relação pessoal, do eu ao outro, que o ‘acontecimento’ ético, caridade e misericórdia, generosidade e obediência, conduz além ou eleva acima do ser”.

Destarte, essas preocupações intelectuais de Lévinas estão relacionadas a um projeto de sociedade, e aqui se aproximam do desejo *quero o terreno* de Clarice. Caberia perguntar o papel da justiça na construção de tal sociedade, ao que responde Lévinas (2004, p. 294):

[...] é em nome da responsabilidade por outrem, da misericórdia, da bondade às quais apela o rosto do outro homem que todo discurso da justiça se põe em movimento, sejam quais forem as limitações e os rigores da *dura lex* que ele terá trazido à infinita benevolência para com outrem.

4.5 GARANTISMO E DIREITOS HUMANOS EM MINEIRINHO

Depois de décadas do acontecimento do caso *Mineirinho*, afirmar que hoje ele é anacrônico não passa de uma forma de dormir tranquilo⁹, sendo indiferente à realidade, haja vista a constatação de uma miríade de exemplos de violação dos direitos humanos, como, por exemplo, o sistema prisional. Nessa linha, “Hoje, *Mineirinho* está longe de

⁹ Aliás, diz a própria Clarice em *Mineirinho*; “Nós, os sonsos essenciais. Para que minha casa funcione, exijo de mim como primeiro dever que eu seja sonsa, que eu não exerça a minha revolta e o meu amor, guardados. Se eu não for sonsa, minha casa estremece” (LISPECTOR, 2016, p. 387).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

representar um anacronismo, de carecer de imediatismo, de ser incomunicável. *Mineirinho* não é memória devastada” (CALVO GONZÁLEZ, 2016, p. 139, grifo do autor).

No ensaio intitulado *Garantismo e literatura: a lição de Leonardo Sciascia sobre o papel dos princípios na construção das decisões*, André Karam e Marilin Soares analisam a decisão por princípio do pequeno juiz no romance *Portas Abertas*. O importante a se destacar é que, embora houvesse previsão de pena de morte na legislação italiana, *o pequeno juiz*, na situação em que a lógica da subsunção fora a resposta dada pelos adeptos do positivismo tecnicista, realiza um uso alternativo do direito, decidindo por princípio, isto é, contrário à pena de morte, uma vez que a vida é um bem inegociável; ou, como os autores afirmam, “A preservação da vida é uma questão de princípio; afinal, ela é o bem supremo de um homem”. “Ele decide apesar da lei, e não contra a lei” (TRINDADE E SPERANDIO, 2016, p. 2141).

Ainda que não se trate de uma decisão judicial, é possível entender o posicionamento de Clarice enquanto um posicionamento por princípio. Isto é, a justiça prévia, sendo aquela que vê o homem antes de ser um criminoso, significa dizer que ela é uma justiça por princípio, no sentido de que existem bens, como a vida, que devem ser inacessíveis à violência, de tal maneira que se houver um conflito entre, por exemplo, a vida e as razões de Estado, aquela deve prevalecer, haja vista que se trata de um bem inegociável.

Esse problema é bem ilustrado na crônica: de um lado, um cidadão; do outro, a polícia, representando o Estado. Neste quadro, é importante destacar um elemento fulcral da existência dos direitos humanos, a saber: a limitação do poder de intervenção do Estado na vida dos cidadãos. Em outras palavras, os direitos humanos são uma conquista da sociedade civil perante o protagonista da violação de direitos, o Estado; representam, pois, uma faceta emancipatória. Ao longo da história, essa constatação de tensão e conquistas diz



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

respeito aos direitos de primeira geração, civis e políticos, cujo papel do Estado se inverte quando se trata das segunda e terceira gerações (SANTOS, 1997, p. 12-13).

É nesse horizonte que a crônica *Mineirinho* contribui para (re)pensar os direitos humanos, como a vida e a liberdade, numa perspectiva que transcende uma mera visão de direitos públicos subjetivos, qual seja: uma perspectiva em que tais direitos são concebidos enquanto dimensão garantista. Isto significa que os *Mineirinhos* não são corpos descartáveis, mas sim pessoas que devem ser alçadas à condição de sujeito de direito, não apenas do ponto de vista jurídico, mas também da concretude. Clarice Lispector, portanto, posiciona-se sobre os temas aqui delineados, denunciando e desvelando a sociedade narcotizada.

Assim, através da análise feita em torno dessa crônica, buscou-se reforçar a defesa dos direitos humanos e, como sintetiza Candido (2011, p. 172), “Quem acredita nos direitos humanos procura transformar a possibilidade teórica em realidade, empenhando-se em fazer coincidir uma com a outra”.

Finalmente, aqui, ousa-se afirmar que o desejo pelo terreno conota tanto um deslocamento, no sentido de pensar o outro, quanto o desejo por um Estado alicerçado em princípios, um autêntico Estado Democrático de Direito que salvaguarda o direito à vida enquanto um bem inegociável e inacessível a qualquer tentativa de negá-lo.

4.6 A MAÇÃ NO ESCURO:

O crime, o grande pulo ou o ato – assim Martim nomeia em certos momentos de seu itinerário o evento que fizera no passado. Um homem em fuga busca reinventar-se: “ele próprio se tornou o centro do grande círculo, e o começo apenas arbitrário de um novo caminho” (LISPECTOR, 1999, p. 23). O romance *A maçã no escuro*, escrito na década de 50 e publicado em 1961, enseja discussões de cunho filosófico; aqui, porém, opta-se por um recorte, analisando-o sob a perspectiva do direito através da literatura, especificamente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

concernente à questão do sentido: relação entre a busca de sentido pela personagem e do Direito, perante um mundo de desencanto. Desse modo, o direito intercala uma retórica oriunda da dramaturgia, enquanto a literatura possibilita refletir sobre temas que permeiam a seara do discurso jurídico (ALVES, 2012b, p.343). Não apenas é um diálogo possível, mas também é uma condição para o pensamento crítico do direito.

A maça no escuro é um romance de aproximação: não se prende a uma relação bilateral sujeito-objeto, elevando-se a um contexto de identificação entre o escritor e o problema (CÂNDIDO, 1977, p. 128-129). O itinerário da protagonista segue um ritmo de procura, desconstruindo-se a si mesmo para poder reinventar-se: a meta é a busca do sentido da vida. Problemas existenciais, situação de angústia e a condição humana são temáticas profundamente abordadas na obra de Clarice. O questionamento e a angústia apresentam-se como fundamental para a busca de sentido (ALVES, 2012b, p. 346). A narrativa literária clariceana não se delimita a um único plano, irrompe as fronteiras de tal modo a predispor o leitor a pensar e sentir a condição humana (ALVES & ZAGANELLI, 2015, p. 29). O que está em jogo não são apenas as realidades objetivas, o homem de carne e osso, mas sim o estatuto do homem considerado metafisicamente (LIMA, 2009, p. 22).

Martim é um fugitivo. Ele foge com medo de ser aprisionado. O narrador, a princípio, nada conta ao leitor: apenas descreve a tensão psicológica da personagem no hotel, o seu medo em ser denunciado pelo Alemão, e a sua fuga noturna, sem norte, apenas sentindo o terreno no silêncio da noite. Em sua jornada de reinvenção de si, seria necessário despojar-se da linguagem dos outros – estes, os seus inimigos, que lhe fizeram ter uma vida pacata, padronizada e monótona. “Aquele homem rejeitara a linguagem dos outros e não tinha sequer começo de linguagem própria” (LISPECTOR, 1999, p. 35). É nesse momento que vem à tona a palavra crime: “[...] ao remexer agora com fascínio ainda cauteloso na linguagem morta, ele tentou por pura experiência dar o título antigamente tão familiar de ‘crime’ a essa coisa tão sem nome que lhe sucedera” (LISPECTOR, 1999, p. 35).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Crime: o ato libertador com o qual Martim destrói a ordem e parte para a reconstrução de uma nova ordem. O crime é a voz coletiva; o ato consciencial diz respeito à esfera individual (LIMA, 2009, p. 133). É na sua andança enquanto fugitivo que ele atinge o estado de liberdade e o seu imaginário floresce. Importa mencionar que as metáforas “coisa sem nome”, “grande pulo” e “ato” representam o processo de autoconsciência: o primeiro alude à ausência de linguagem; o segundo, a consciência que vai adquirindo da condição humana; e o terceiro, o nascimento da linguagem que restabelece as características de uma linguagem originária. O ato representa sua recusa à ordem social em que vivia:

Fora isso: ele sentira vitória. Com deslumbramento, vira que a coisa inesperadamente funcionava: que um ato ainda tinha o valor de um ato. E também mais: com um único ato ele fizera os inimigos que sempre quisera ter – os outros. E mais ainda: que ele próprio se tornara incapacitado de ser o homem antigo, pois, se voltasse a sê-lo, seria obrigado a se tornar o seu próprio inimigo (LISPECTOR, 1999, p. 36).

A busca de sentido existencial por Martim aproxima a narrativa literária clariceana com o imaginário jurídico. Ela traz ao direito uma forma renovada de olhar/refletir sobre as coisas (ALVES, p. 5), inclusive sobre o próprio papel social do direito perante a sociedade. Em *A maçã no escuro*, o sentido da vida da protagonista está atrelado ao seu próprio percurso: da fuga do hotel, do contato com a terra, pedras e rochas, de sua relação com personagens da fazenda e posteriormente com os quatro homens. Interessante notar que o devaneio de Martim, que lhe faz pensar sobre si mesmo e o mundo, a plenitude de sua liberdade, irrompendo as convenções, emerge durante a noite – aliás, diz o narrador: “na escuridão grandes barganhas se fazem” (LISPECTOR, 1999, p. 222). Nesse sentido, “habitar no mundo de forma autêntica seria repensar a forma instituinte dos imaginários de direitos” (ALVES, p. 5).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Na modernidade, deuses e demônios não têm espaço; e o homem, portanto, é condenado à procura de seu próprio sentido existencial – as coisas não estão prontas e acabadas tal qual Minerva na cabeça de Zeus, cabendo ao sujeito a construção de sua própria existência. Na década de 70 do século XX, aquilo que havia sido o resultado das ideias iluministas, a sociedade moderna, desemboca em uma crise, como consequência de vários eventos, a exemplo da política populista e conservadora – enfim, a ausência de confiança assola as instituições ocidentais. E a ciência jurídica não está imune a esse contexto.

Desse modo, “[...] a mudança mais fundamental nas metodologias das ciências sociais a partir da década de 1960 tenha sido a conscientização de que a interpretação – a hermenêutica – era inevitável” (MORRISON, 2012, p. 498). O mundo não revela ao sujeito cognoscente a verdade de suas estruturas. O homem encontra-se numa situação de angústia, tendo em vista a impossibilidade de sua concepção de mundo ser um reflexo de entidades objetivas da realidade (MORRISON, 2012, p. 498). A verdade de sua visão de mundo resulta de um ato interpretativo, inserido em uma comunidade. A verdade na moderna hermenêutica não possui o status de objetividade, mas sim a interpretação de significado e ação dentro de uma comunidade.

Elemento central do positivismo, o método descritivo é alvo de crítica – a objetividade e a neutralidade não satisfazem a moderna hermenêutica. Não podendo ser descrito, o método narrativo concebe o direito como uma narração: o direito é uma narrativa. É possível, portanto, uma interpretação jurídica mais adequada (BARBOSA, 2017).

Dentro desse contexto, de um mundo marcado pelo desencantamento e da importância atribuída à narração, Dworkin propõe uma metodologia interpretativa da filosofia do direito. “Revitalizar a legalidade liberal” é uma de suas propostas. Ele busca uma nova objetividade para as práticas jurídicas. O direito não é um conjunto de elementos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

desconexos, mas sim uma estrutura coerente e integrada. Não obstante o desencanto do mundo, Dworkin atribui sentido ao Direito: coerência e integridade.

Outro autor importante, inserido em solo alemão e preocupado com a estrutura do direito, é Friedrich Müller. A sua teoria estruturante do direito evidencia um nexos entre epistemologia, compreensão da norma e questões práticas do direito (VASCONCELLOS, 2012, p. 123), ao contrário da tese kelseniana. Desse modo, “a teoria estruturante do direito entende a norma não apenas como um dever-ser irrealisticamente apartado do ‘ser’, mas como um fenômeno composto de linguagem e fatos, em que o ‘ser’ e ‘dever-ser’ são elementos complementares entre si” (VASCONCELLOS, 2012, 123). Ao contrário de Kelsen, ele propõe uma teoria impura, na medida em que a norma jurídica é construída no caso concreto, isto é, a norma jurídica não preexiste na codificação, o que diferencia norma jurídica de texto normativo. No que concerne a práxis constitucional, espaço de concretização da constituição, a fundamentação serve, por um lado, a convencer os atingidos e, por outro, tornar a decisão passível de controle pelos tribunais superiores (VASCONCELLOS, 2012, p.26). Ele propõe a concretização da norma em vez da interpretação do texto da norma. “A” norma, no pensamento estruturante, não está pronta e acabada, uma vez que ela é “um núcleo materialmente circunscritível da ordem normativa” (VASCONCELLOS, 2012, p. 129), sendo concretizado, pois, no caso concreto, dentro dos limites admissíveis do Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, a concretização de direitos não significa subsumir, aplicar e concluir. A concretização significa produzir uma norma jurídica defensável para o caso de conflito social que lhe provocou dentro dos limites da democracia e do Estado de Direito (VASCONCELLOS, 2012, p. 129-130). O sentido da norma, portanto, é construído a partir do caso concreto.

Martim também se encontra nesse contexto – o vazio lhe persegue. Nesse sentido, “O processo entre vivenciar a angústia é dizer é algo tão intenso que a narrativa produz não



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

somente intervalos de tempos sobre a própria narrativa, mas também a procura de um silêncio que se reflete na indizibilidade de questões problematizadas pela obra literária (ALVES, 2012b, p. 148). Na fazenda, espaço paradoxal de medo e coragem, ele “é um homem angustiado, fugindo do tédio e da hostilidade dos homens” (LIMA, 2009, p. 180). Em sua relação com as personagens femininas ele reafirma seus valores individuais. Ao contrário delas, detidas e condicionadas pelo hábito, Martim é salvo pelo devaneio, possibilitando uma abertura de possibilidades de agir: “Clarice concebe a imaginação como único meio de despertar a vontade para novas perspectivas de criar no homem o desejo de se diferenciar para assegurar um vir a ser” (LIMA, 2009, p. 163). Ali, o herói avança na aprendizagem da vida: a experiência revela o porquê de seus atos cotidianamente, colocando-se na posição de decidir sobre seus atos e discórdias íntimas.

5 CONCLUSÃO:

O estudo interdisciplinar entre Direito e Literatura a partir da narrativa literária clariceana na crônica o *Mineirinho* permitiu construir o imaginário dos direitos humanos, o qual ensejou uma discussão em torno da noção de poder, violência e alteridade. Além disso, importa destacar a contribuição da crônica de Clarice para (re)pensar a dimensão garantista dos direitos humanos.

No romance *A maçã no escuro*, buscou-se evidenciar como a angústia e o itinerário da personagem Martim estão intimamente relacionados ao Direito, diante do desencantamento do mundo, levando-o a uma busca de sentido, além de suas possibilidades na contemporaneidade.

No contexto da teoria narrativista, observa-se que a contribuição da literatura na formação jurídica é via fundamental para a crítica ao formalismo jurídico inscrevendo a hermenêutica jurídica numa perspectiva humanista propiciando o potencial transformador



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

do direito. Dito de outra forma, a teoria narrativista apresenta-se como uma construção teórica que busca irromper com o positivismo tecnicista e, portanto, com o princípio da subsunção. Ao longo da tradição jurídica, o positivismo tecnicista reduziu a dimensão do direito a uma técnica, negligenciando-se de sua dimensão cultural. Este projeto objetivou evidenciar uma noção fundamental: direito é linguagem.

Nesse sentido, a leitura das narrativas clariceanas trazem experiência estética inovadora ao jurista, enfatizando direitos fundamentais numa complexa percepção da alteridade, como se evidenciou através dos aportes teóricos de Lévinas e Calvo na crônica *Mineirinho*. Em outras palavras, a literatura clariceana humaniza o leitor, o jurista, na medida em que o torna mais compreensivo e aberto ao semelhante, ao outro.

6 PERSPECTIVAS:

A construção do imaginário jurídico através da obra de Clarice Lispector possibilitou uma ampliação de horizontes. Nesse sentido, as perspectivas do tema ora pesquisados são imensas, estendendo-se desde a discussão dos aparatos de poder à questão de gênero, perpassando temáticas como os direitos humanos, a construção da identidade feminina e o sujeito de direito.

Além disso, a narrativa literária de Clarice proporciona a fusão de horizontes entre a hermenêutica jurídica e a estética literária, de tal maneira a permitir um debate sobre os paradigmas do direito, do positivismo ao pós-positivismo jurídico, e a importância da narrativa literária para compreender o próprio direito.

Em especial, por conta da quantidade de publicações sobre este tema, a questão de gênero é uma via futura de exploração, permitindo, por exemplo, identificar o discurso patriarcado e o poder sobre o corpo da mulher, isto é, como o direito contribui para manter um discurso patriarcado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

No que concerne à importância do estudo interdisciplinar da relação *Direito e Literatura*, é importante destacar a sua contribuição para a conscientização de caráter humanista do ensino jurídico, além de ampliar a hermenêutica jurídica e favorecer o conhecimento crítico do direito.

Ainda, a dimensão garantista da obra de Clarice Lispector consiste em outra via futura de análise, valendo-se dos aportes teóricos de Luigi Ferrajoli.

Desse modo, é de fundamental importância, como assinala Ost, devolver ao direito uma dimensão cultural através da literatura a fim de que se possa restituir-lhe o seu papel de ator da transformação social.

7 REFERÊNCIAS:

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALVES, Miriam Coutinho de Faria. *A experiência estética no imaginário de direitos da paixão segundo G.H. de Clarice Lispector*. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=d1a69640d53a32a9>. Acesso em: 01 jul. 2018.

ALVES, Miriam Coutinho de Faria. *Hermenêutica Jurídica e Estética Literária*. O imaginário de direitos na Paixão segundo G.H de Clarice Lispector. Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 2012a.

ALVES, Miriam Coutinho de Faria. A busca pelo sentido e a fusão de horizontes nas relações entre hermenêutica jurídica e estética literária na obra de Clarice Lispector: uma tarefa hermenêutica. In: SOARES, Ricardo Maurício Freire; MOCCIA, Luigi; NETO, José Andrade Soares et al (org.). *Estudos Aplicados de Filosofia do Direito*. Salvador: Juspodivm, 2012b.

ALVES, Miriam Coutinho de Faria; ZAGANELLI, Margareth Vetis. A dialética do corpo na narrativa de Clarice Lispector: a feminilidade e os direitos da mulher na via crucis do corpo. *XXIV Encontro Nacional do CONPEDI – UFS*. Disponível em:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/4d9nht62/6Dzn123TG9prhpn8.pdf>.

Acesso em: 01 jul. 2018.

BAKEWELL, Sarah. *No café existencialista: o retrato da época em que a filosofia, a sensualidade e a rebeldia andavam juntas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

BARBOSA, Rogério Monteiro. A narração e a descrição: uma análise do positivismo e do pós-positivismo a partir da literatura. In: *CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI*. 16. Belo Horizonte. 2007. Anais Eletrônicos...Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008..

BARRETO, Tobias. *Estudos de filosofia*. Aracaju: Diário Oficial, 2013.

BARRETO, Tobias. *Introdução ao estudo do Direito*. 2ª ed. São Paulo: Landy, 2001.

BARROS, Manoel. *O livro das ignoranças*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016, 120p.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

BENJAMIN, Walter. Crítica da Violência – Crítica do Poder. In: BENJAMIN, Walter. *Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie*. Tradução de Celeste Ribeiro de Souza e outros. São Paulo: Cultrix/USP, 1986.

BITTENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte geral*. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 1ª ed. Brasília: UnB, 1998.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 15ª ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2017.

CALVO GONZÁLEZ, José. ‘Sair ao outro’: afetividade e justiça em mineirinho, de Clarice Lispector. *Anamorphosis – Revista Internacional de Direito e Literatura*, v. 2, n. 1, p. 123-145, 2016.

CALVO GONZÁLEZ, José. *Derecho y Narración: materiales para uma teoría crítica narrativista del Derecho*. 1ª ed. Editorial Ariel: Barcelona, 1996.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

CANDIDO, Antonio. No raiar de Clarice Lispector. In: *Vários Escritos*. 2. ed. São Paulo: Duas cidades, 1977.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. *Vários Escritos*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2011.

CERQUEIRA, Nelson. *Hermenêutica e literatura*. Trad. Yvenio Azevedo. Bahia: Cara, 2003.

GOTLIB, Nádia Battella. *Clarice: uma vida que se conta*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

KIRSCHBAUM, Saul. Carl Schmitt e Walter Benjamin. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, São Paulo, n. 8, p. 61-84, dec. 2002. ISSN 2318-9800.

LÉVINAS, Emmanuel. *Entre nós*. Ensaio sobre alteridade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

LIMA, Bernadete Grob. *O percurso das personagens de Clarice Lispector*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

LISPECTOR, Clarice. *A maçã no escuro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999

LISPECTOR, Clarice. Mineirinho. In: _____. *Todos os contos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

LISPECTOR, Clarice. *Outros Escritos*. Organização de Teresa Montero e Lícia Manzo. Rio de Janeiro: Rocco, 2005, p. 43-49.

LISPECTOR, Clarice; LERNER, Julio. Última entrevista de Clarice Lispector. *Revista Schalom*, n. 2, v. 296, 1991. Disponível em:
<<http://www.tirodeletra.com.br/entrevistas/ClariceLispector.htm>>. Acesso em 12 set. 2017.

MENDONÇA, Fernando de. A Letra e a Terra: Clarice e o devaneio poético em A Maçã no Escuro. *A Palo Seco – escritos de filosofia e literatura*, n. 10, 2017. Disponível em:
<https://seer.ufs.br/index.php/apaloseco/article/view/8255/pdf>. Acesso em: 01 jul. 2018.

MORRISON, Wayne. *Filosofia do direito: dos gregos ao pós-modernismo*. 1ª ed. São Paulo; Martins Fontes, 2012.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

RAMOS, Renata Rodrigues; MARICATO, Carla Andrade. A prepotência de matar: digressões sobre a violência pura. *Revista dos estudantes de Direito da Universidade de Brasília*, n. 9, p. 361-380, 2010.

SANTOS, Boaventura Souza. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Lua Nova*, São Paulo, n. 39, p. 105-123, 1997.

TRINDADE, André Karam. Do cubismo de Kelsen ao Direito curvo de Calvo González. *Conjur*, 5 out. 2013. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2013-out-05/diario-classe-cubismo-kelsen-direito-curvo-calvo-gonzalez>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

TRINDADE, André Karam; BERNST, Luisa Giuliani. O estudo do direito e literatura no Brasil: surgimento, evolução e expansão. *Anamorphosis – Revista Internacional de Direito e Literatura*, v. 3, n. 1, p. 225-257, 2017.

TRINDADE, André Karam; GUBERT, Roberta Magalhães. Direito e Literatura: aproximações e perspectivas para se repensar o direito. In: TRINDADE, André Karam; GUBERT, Roberta Magalhães; NETO, Alfredo Copetti... et al. *Direito e Literatura: reflexões teóricas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

TRINDADE, André Karam; SPERANDIO, Marilin Soares. Garantismo e literatura: a lição de Leonardo Sciascia sobre o papel dos princípios na construção das decisões. *Revista Quaestio Iuri*, v. 9, n. 4, Rio de Janeiro, 2016. p. 2124-2149.

VASCONCELLOS, Emanuel Lins Freire. A concretização dos direitos fundamentais no pós-positivismo: uma abordagem a partir da teoria estruturante do direito de Friedrich Müller. In: SOARES, Ricardo Maurício Freire; MOCCIA, Luigi; NETO, José Andrade Soares et al (org.). *Estudos Aplicados de Filosofia do Direito*. Salvador: Juspodivm, 2012.

8 OUTRAS ATIVIDADES:

Durante esse período de PIBIC, o presente discente empreendeu diversas atividades, classificando-as em eventos e minicursos, a saber:

a) eventos: IX SEMEJ – DIÁLOGOS: QUANDO O DIREITO NÃO BASTA, promovido pelo Centro Acadêmico Silvio Romero, de Direito, tendo uma mesa sobre



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Direito e Literatura em Clarice Lispector, ministrada pela Prof.^a Miriam Coutinho de Faria Alves; AGENDA PELO DESENCARCERAMENTO E CELEBRAÇÃO DE 30 ANOS DA PASTORAL CARCERÁRIA EM SERGIPE, promovido em parceria do Centro Acadêmico Silvio Romero com a Pastoral Carcerária de Sergipe; POLEMOI III, XX SEMINÁRIO INTERNACIONAL–JUSTIÇA FEDERAL, XXI SEMINÁRIO INTERNACIONAL–JUSTIÇA FEDERAL e XXXV SIMPÓSIO TRANSNACIONAL DE ESTUDOS CIENTÍFICOS – promovidos pelo NEPRIN (Núcleo de Pesquisa e Extensão em Relações Internacionais, vinculado ao Departamento de Direito) a fim de cultivar a cultura jurídica, problematizando temas relevantes do campo jurídico; V CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS JURÍDICOS O trabalho decente e a efetividade dos direitos humanos e II CONGRESSO INTERNACIONAL DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: DA TEORIA À PRÁTICA; IV SEMAC - CINECLUBE ENTREATO: MOSTRA 'O CINEMA E O CORPO', uma discussão sobre cinema; XVIII Semana de Filosofia, cujo tema foi subjetividade e alteridade; e II JORNADA DE PSICOLOGIA JURÍDICA: JUDICIALIZAÇÃO DO COTIDIANO, articulado pelo Departamento de Psicologia, cujo objetivo fora discutir os problemas da judicialização da vida; Garantismo e Literatura, ministrado pelo presidente da Rede Brasileira Direito e Literatura, André Karam Trindade, e mediado pela Prof.^a Miriam Coutinho, do qual o presente pesquisador participou da comissão organizadora.

b) minicursos: INTRODUÇÃO À LEITURA DA OBRA FREUDIANA, com duração de 16 horas, promovido pelo Departamento de Psicologia a fim de introduzir o pensamento freudiano aos discentes interessados; IV SEMAC - MINICURSOS PIBIC 2017, com frequência no minicurso “Gerenciamento de referências bibliográficas para trabalhos de pesquisa; e PSICOLOGIA E POLÍTICA: PENSANDO O PRESENTE, promovido pelo Departamento de Psicologia, com o objetivo de pensar a política brasileira à luz de alguns autores da filosofia contemporânea, como Michel Foucault e Deleuze.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Importa mencionar que o discente apresentou o texto sobre a crônica *Mineirinho* no VII CIDIL - Colóquio Internacional de Direito e Literatura, realizado entre os dias 30 de out. e 2 de nov. 2018, na UFMG, Belo Horizonte-MG.